

# **A REPRESSÃO AOS TRABALHADORES NA DITADURA A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO: UMA LEITURA DO RELATÓRIO FINAL DA CNV**

Ana Lima Kallás<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a forma pela qual a repressão aos trabalhadores na ditadura pós-1964 foi abordada no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), publicado em 2014. A análise leva em conta as contribuições da História Social do Trabalho para o estudo das experiências dos trabalhadores entre 1964 e 1985, tais como o tratamento ampliado da categoria analítica “trabalhadores”, a compreensão histórica do regime ditatorial, a repressão e os impactos da nova legislação trabalhista. O artigo identifica disputas de memórias sobre o passado ditatorial presentes no próprio relatório da CNV e aponta para a relevância de novas pesquisas que enfatizem as experiências dos subalternos durante a ditadura, fato que influencia toda a produção do conhecimento histórico e seus diferentes usos, como o ensino escolar e as políticas de reparação.

**Palavras-Chave:** Trabalhadores; ditadura; CNV; História Social do Trabalho; memória.

## **THE THEME OF REPRESSION AGAINST WORKERS IN THE DICTATORSHIP FROM THE CONTRIBUTIONS OF THE SOCIAL HISTORY OF LABOR: A READING OF THE CNV'S FINAL REPORT**

**Abstract:** The article analyzes the way in which repression of workers in the post-1964 dictatorship was approached by the final report of the National Commission of Truth (CNV), published in 2014. The analysis takes into account the contributions of social history of work to the study of workers' experiences between 1964 and 1985, such as the expanded treatment of the analytical category "workers", historical understanding of the dictatorial regime, repression and the impacts of new labor legislation. The article identifies the disputes of memories about the dictatorial past present in the CNV's own report and points to the relevance of new research that emphasizes the experiences of the subalterns during the dictatorship, a fact that influences all the production of historical knowledge and its different uses, such as School education and repair policies.

**Keywords:** Workers; dictatorship; CNV; Social History of Work; memory.

---

\* Este artigo é parte de minha pesquisa de doutorado.

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista do CNPq. Foi analista de pesquisa da Comissão Nacional da Verdade (CNV). E-mail: [analinakallas@gmail.com](mailto:analinakallas@gmail.com)

## Introdução

O objetivo principal deste artigo é apresentar uma reflexão sobre as possíveis contribuições da História Social do Trabalho para o aprimoramento das pesquisas sobre trabalhadores e ditadura no Brasil (1964 – 1985). Este estudo será realizado a partir da análise do conteúdo referente aos trabalhadores presente no relatório final apresentado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 10 de dezembro de 2014<sup>2</sup>, resultado das pesquisas realizadas desde sua instalação em 12 de maio de 2012, que contaram com a consulta à bibliografia especializada e com novas investigações realizadas em acervos públicos, em especial no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e de Brasília, onde foram recolhidos documentos sobre a ditadura, principalmente do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). Além dos documentos dos órgãos de polícia política, a CNV também produziu audiências públicas e diligências a locais em que foram praticadas graves violações de direitos humanos, que igualmente serviram de fonte histórica para a escrita do relatório.

A escolha deste tema se originou a partir de três preocupações. A primeira diz respeito à permanência de alguns “mitos” na historiografia sobre trabalho e trabalhadores com relação ao período ditatorial pós-1964. Muitas pesquisas já foram produzidas sobre trabalhadores no Brasil, embora poucas tenham focado o intervalo temporal de 1964 a 1978. Assim, não obstante o avanço e a diversificação das pesquisas sobre história do trabalho, principalmente a partir da década de 1980 no Brasil, e sobre a ditadura, em décadas mais recentes, observa-se uma escassez de informações sobre o tema “trabalhadores e ditadura”, em especial sobre as formas diversificadas de repressão, resistência e colaboração. Em 2014, ano de entrega do relatório final da CNV, o pesquisador Marco Aurélio Santana chegou a falar de um “sujeito ocultado”, referindo-se aos estudos sobre trabalhadores e regime militar entre 1964 e 1978 (SANTANA, 2014: 85).

---

<sup>2</sup> A lei de criação da CNV, nº 12.528, data de 18 de novembro de 2011 e fixou como objetivo central “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm) Acesso em: 19 jul. 2016.

O período de abertura política e “redemocratização” teria recebido mais atenção por parte dos estudiosos, principalmente pelas greves do ABC paulista, que chamaram a atenção por sua capacidade de ampla mobilização dos trabalhadores. Para muitos pesquisadores e sindicalistas, tratava-se do ressurgimento de um sindicalismo autônomo e pela base, diferente do sindicalismo pós-1930, caracterizado pelo corporativismo, cupulismo, “peleguismo” e, na década de 1950, pelo populismo (RODRIGUES, 1986; RODRIGUES, 1974; MARTINS, 1979; ALMEIDA, 1976; WEFFORT, 1973; WEFFORT, 1974; VIANNA, 1977). Segundo algumas dessas análises, o golpe de 1964 teria impedido qualquer possibilidade de luta ou resistência ao regime, pois buscou dismantelar as organizações sindicais, colocá-las na ilegalidade e prender suas principais lideranças. Foram raros os balanços que mostrassem as formas de resistência no cotidiano, até então consideradas pouco significativas.

Em 2004, quando dos 40 anos do golpe, os trabalhadores não foram tema dos seminários e publicações, talvez pela persistência de rígidos modelos esquemáticos pré-concebidos. Ou talvez pela ideia de que não haveria espaço para ação após o golpe de 1964. Em outras palavras, os trabalhadores “teriam se ‘equivocado’ no pré-1964, sido ‘derrotados’ em 1964 e ficado ‘imobilizados’ no pós-1964” (SANTANA, 2014: 87). No entanto, os eventos dos 50 anos do golpe foram marcados por grande número de pesquisas sobre a temática. De fato, observamos que a partir da instalação da CNV, as investigações sobre trabalhadores e ditadura ganharam novo impulso e novos direcionamentos (IIEP, 2014; MATTOS, VEJA, 2014; MEDEIROS, 2014; CORRÊA, 2014; LADOSKY, 2014; OLIVEIRA, 2014; PESSANHA, 2014; SANTOS JÚNIOR, 2014; ROVAI, 2014; NAGASAVA, 2015).

A segunda preocupação se refere às disputas de memória ainda intensas sobre o passado ditatorial. No âmbito da CNV, essas disputas também se fizeram presentes, concretizadas na definição de “vítimas” produzidas pela ditadura. O termo não parece ser o mais adequado para tratar o tema, por isso preferimos o termo “atingidos”, entendendo-o não como uma concepção “despolitizante” do sujeito histórico, mas próximo à noção benjaminiana, dos que ficaram pelo caminho no curso do progresso, relegados aos escombros e às ruínas da história (LOWY, 2005: 54). De acordo com Walter Benjamin, a emancipação dos “vencidos” passa necessariamente pela memória, entendida como

categoria política que “utiliza a nostalgia do passado como método revolucionário de crítica do presente” (LOWY, 2005: 15). Partindo de uma adequação aos imperativos do Direito Internacional dos Direitos Humanos<sup>3</sup>, a CNV priorizou os atingidos por quatro tipos de violações: prisão (ou detenção) ilegal ou arbitrária (capítulo 8); tortura (capítulo 9), violência sexual contra a mulher compreendida enquanto tortura (capítulo 10); execução sumária, arbitrária ou extrajudicial (capítulo 11); e desaparecimento forçado (capítulo 12). A Comissão definiu suas investigações considerando a ocorrência de violações de direitos humanos sempre que o Estado, através da ação, omissão ou consentimento de seus agentes, infringir norma internacional da qual é signatário. Assim, como analisou Schettini, somente foram considerados os crimes cometidos pelo Estado, ou seja, pessoas atingidas pela violência estatal no período de 1946 a 1988 (SCHETTINI, 2015). Por um lado, isso contribuiu para afastar a demanda de setores conservadores e militares, que exigiam que a CNV investigasse os crimes praticados por particulares, membros de organização de esquerda que lutavam contra a ditadura. Também colaborou para afastar argumentos revisionistas, crescentes na produção acadêmica atual, que consideram os dois lados do conflito igualmente responsáveis pela violência da ditadura militar. Contribuíram ainda para reforçar a ideia de que as violações de direitos humanos, perpetradas como política de Estado durante o período ditatorial, ocorreram de forma generalizada e sistemática. De acordo com a CNV, restaram conhecidas 434 vítimas fatais da ditadura militar, 191 mortos e 243 desaparecidos, dos quais 33 foram identificados ao longo das últimas décadas (BRASIL, 2014c: 26). Entre os segmentos e grupos sociais atingidos destacam-se militares que resistiram ao golpe, políticos insurgentes, profissionais liberais, sindicalistas, militantes políticos, trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais (camponeses), igrejas cristãs, povos indígenas, docentes, estudantes e homossexuais.

No entanto, a forma de estruturação do relatório mostrou que mesmo entre os conselheiros da CNV não houve consenso quanto aos “atingidos”. Não obstante a criação de Grupos de Trabalho (GTs) temáticos para abordar de forma aprofundada cada um dos segmentos, o relatório final criou dois tipos de “atingidos”. O volume I destacou questões

---

<sup>3</sup> Método não consensual entre os grupos que disputavam o caráter e a finalidade de uma Comissão da Verdade. Cf. BRISOLLA (2014). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560330-fundadora-do-tortura-nunca-mais-considera-frustrante-relatorio-da-cnv.shtml> Acesso em: 25 jul. 2016.

relacionadas aos militantes políticos, membros de partidos e organizações de esquerda torturados, desaparecidos ou mortos e foi de autoria de todo colegiado da CNV. O volume II enfatizou os militares, trabalhadores, camponeses, religiosos, povos indígenas, estudantes e homossexuais e foi apresentado como um conjunto de textos produzidos sob a responsabilidade individual de algum dos conselheiros da Comissão com a colaboração de pesquisadores convidados. O mesmo pode ser observado no volume III, que apresenta os perfis dos mortos e desaparecidos políticos, expondo biografias, vida política e circunstâncias da morte. Este tomo é composto em sua grande maioria pelos militantes políticos citados no volume I. Nesse sentido, camponeses e indígenas assassinados pela ditadura permaneceram em grande maioria invisibilizados, sem nome, rosto ou história. Essa estruturação do relatório em três volumes, sendo o segundo de responsabilidade individual de seus autores, foi uma estratégia adotada por alguns membros da Comissão (os mais progressistas), que visavam inserir certas temáticas frente a uma ameaça de excluí-las por completo das pesquisas da CNV (SCHETTINI, 2015). Esses conflitos evidenciam uma disputa de memória que é também uma batalha entre projetos políticos e entre concepções distintas acerca do regime ditatorial-militar e do tipo de democracia que vem sendo construída desde então. O relatório da CNV, ao priorizar os atingidos pela luta armada, acabou reforçando uma perspectiva conservadora e hegemônica da ditadura, na qual o regime ditatorial teria existido apenas para os “inconformados”, os considerados “subversivos”, enquanto a “sociedade” em seu conjunto, teria sido poupada de qualquer forma de violência. Trata-se da já conhecida abordagem que prioriza a análise da repressão física e psicológica aos que optaram por fazer oposição política direta, deixando em segundo plano uma perspectiva mais complexa, que trate da construção, sustentação, implementação e impactos de um projeto social, político e econômico de caráter autoritário e empresarial, que resultou no incremento da concentração de riqueza e em um enorme custo social. Com efeito, foram “esquecidos” povos indígenas que tiveram suas terras expropriadas em nome de grandes obras de construção civil; trabalhadores camponeses, que morreram aos montes em conflitos agrários, preservando o grande latifúndio; trabalhadores pobres urbanos formais e informais, negros, pardos e brancos que foram removidos forçadamente de seus locais de moradia em nome de um projeto de cidade excludente, que segrega e criminaliza os pobres; dentre outros.

A terceira preocupação diz respeito à forma pela qual a temática da ditadura pós-64 tem sido abordada nos livros didáticos de história mais recentes. A maior parte dos manuais de história, aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), publicados em 2012 e 2014, também identifica estudantes e militantes da luta armada como principal grupo de atingidos pelo regime ditatorial, não enfatizando a repressão e as formas de resistência, mesmo que “subterrâneas”, dos trabalhadores durante a ditadura. Nessas publicações, em geral, os trabalhadores são retratados no período anterior ao golpe, em greves e mobilizações que marcaram o cenário de intensificação das lutas sociais durante o governo João Goulart; na análise crítica do “milagre econômico”, que provocou a pauperização de parcelas importantes da população; e no Novo Sindicalismo, numa abordagem que não apresenta a importância do recrudescimento do movimento operário para o fim do regime ditatorial e para a “redemocratização”. Esses temas são apresentados de forma isolada da narrativa política do período e não estimulam a reflexão sobre o significado histórico do projeto empresarial-militar do regime. Nesse sentido, ficaram escamoteadas as relações entre a violação de direitos básicos, violência institucional e capitalismo durante o período ditatorial<sup>4</sup>.

Estas três preocupações - historiografia do trabalho, relatório final da CNV e currículo escolar de história – podem ser analisadas a partir de hipóteses comuns. A abordagem insuficiente do impacto da ditadura pós-1964 sobre a classe trabalhadora e de suas formas de resistência à dura repressão que se seguiu a partir de 1º de abril de 1964 pode estar relacionada à forma pela qual o período ditatorial vem sendo estudado, compreendido e divulgado. Em fins da década de 1980 e ao longo da década de 1990, a partir da influência dos estudos de Edward Thompson, a preocupação de parte dos historiadores e dos sociólogos do trabalho era chamar a atenção para o fato de que as ações e formas de atuação da classe trabalhadora poderiam ser determinadas por múltiplas causas, que não apenas pelo quadro econômico-político-social, apesar deste quadro conformar um

---

<sup>4</sup> Essa constatação é baseada em pesquisa da qual participei ao longo de 2015 e início de 2016, com análise de livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional de Livro Didático (PNLD) de 2012 e 2014. A pesquisa foi parte do projeto: “*Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição*” / Edital 38/2013 em parceria com a FAPERJ e com a Comissão da Verdade do Rio (CEV-Rio) realizada na PUC-Rio. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/NDH-PUC-Políticas-Publicas-de-Memoria-para-o-Estado-do-RJ.pdf> Acesso em: 22 jul. 2016.

campo de experiências comuns de onde poderiam emergir possibilidades de articulação de interesses e estratégias de ação. Mattos apontou que “nem sempre as situações históricas vivenciadas pelos trabalhadores comportam uma ação coletiva organizada e a classe não pode ser resumida a esta ação” (MATTOS, 1998: 89).

Dez anos antes, Eder Sader afirmava que desde Oliveira Vianna a heterogeneidade dos trabalhadores foi compreendida como incapacidade de universalização de seus objetivos, os quais seriam determinados pelas próprias características da formação histórica da sociedade brasileira, do seu Estado e sua industrialização. “Os resultados de experiências históricas foram vistos como atributos determinados pela própria estrutura social. E aí se cristaliza uma imagem da classe incapaz de ação autônoma” (SADER, 1988: 31).

Por sua vez, os estudos sobre ditadura produzidos no século XXI vem, em parte, abandonando as análises estruturais e centrando-se na narrativa política, cultural, social, cotidiana e no debate sobre memória. Muitas destas pesquisas, críticas ao marxismo, vislumbram entender os motivos que levaram à longa duração do regime ditatorial a partir das colaborações entre civis e militares. Mas, diferentemente de René Dreifuss (1981), que enfatizou o caráter de classe dos elementos civis que apoiaram e construíram a ditadura – as elites políticas conservadoras e a elite empresarial transnacional – essas pesquisas procuram alertar para o consenso na “sociedade” e no cotidiano dos “homens e mulheres comuns”. O apreço destes homens e mulheres “do povo” (e da própria classe média) pelo discurso da “ordem” e da “disciplina”, mensagem acompanhada por um afã nacionalista, é abordado de forma isolada, sem considerar a desigualdade dos meios de produção da propaganda e o contexto repressivo que inibia a liberdade de opinião. O estudo do consenso é apresentado por seus autores como uma forma de “tocar nas feridas” que se queriam silenciar, como maneira de adentrar a “zona cinzenta”<sup>5</sup>, apresentando aspectos do regime que poucos gostariam de lembrar (REIS FILHO, 2010; ROLLEMBERG, QUADRAT, 2011 e 2015; MOTTA, 2014; CORDEIRO, 2014 e 2015; ROLLEMBERG, 2006). Afinal, quem gostaria de ser lembrado como aquele que apoiou a ditadura?

---

<sup>5</sup> O termo “zona cinzenta” foi usado por Primo Levi, italiano judeu que sobreviveu aos campos de concentração nazista e tornou-se mundialmente conhecido pelas publicações em que testemunha a experiência vivida como prisioneiro e a forma de organização dos campos. O termo foi usado para retratar a complexidade das relações humanas no *Lager*, que não se reduzem a dois blocos, o das vítimas e o dos opressores. Cf. LEVI (2016: 28).

Mas entre perspectivas estruturalistas e culturalistas existem muitas possibilidades de matizes. Em 1990, Emília Viotti da Costa alertava para o desafio de entender as experiências dos trabalhadores, dos “homens e mulheres comuns”, não apenas a partir de sua própria subjetividade e testemunho, mas de forma complementar e equilibrada com a história do capital e das lutas entre capital e trabalho. Afirmava que “sem essa visão mais ampla, a nova história do trabalho, em vez de representar um salto para a frente, pode facilmente se transformar numa história da vida cotidiana, um gênero muito em moda na década de 1950, com conotações profundamente conservadoras” (COSTA, 1990: 10).

O equilíbrio entre estrutura e experiência nas pesquisas sobre trabalhadores e ditaduras ainda é um desafio colocado nos estudos situados no campo da História Social do Trabalho; na historiografia sobre o golpe de 1964 e sobre a ditadura, muito marcada pelo aspecto revisionista; e no uso público que tem sido feito do conhecimento histórico, como os livros didáticos e os projetos de reparação no âmbito da memória, verdade e justiça. Verifica-se, tanto no currículo escolar de história, quanto no relatório da CNV, a predominância de narrativas políticas lineares sobre a ditadura, marcadas pela cronologia dos fatos, nas quais pouco se exploraram análises mais totalizantes e complexas. As narrativas ainda são muito compostas por dualismos, que tornam limitada a compreensão do período<sup>6</sup>.

Verifica-se igualmente que, mesmo com os avanços recentes proporcionados pela História Social do Trabalho, ainda existe o predomínio, seja na historiografia, seja no currículo escolar ou na CNV, de uma perspectiva estreita de “trabalho” e “trabalhadores”. Geralmente, por “trabalho” entende-se as relações de produção com extração de mais-valor, típicas do capitalismo, o trabalho “livre” e assalariado. Com isso, são deixadas de lado as fronteiras entre diversas formas de exploração do trabalho, escravo, “livre”, por contrato, autônomo, assalariado, doméstico, externo, urbano, rural, etc combinadas ao longo do desenvolvimento e funcionamento do capitalismo. As relações de trabalho e os tipos de trabalho são bastante diversificados, o acesso à educação é desigual, havendo também alta rotatividade de trabalhadores entre as esferas formal e informal. Ainda são reduzidas as

---

<sup>6</sup> Veremos que uma perspectiva mais equilibrada entre estrutura e experiência foi buscada no volume II do Relatório da CNV, nos capítulos “Violações de direitos humanos dos trabalhadores” (texto 2) e “Civis que colaboraram com a ditadura” (texto 8).

abordagens sobre a exploração do trabalho de uma perspectiva interseccional, que considere as opressões racial e de gênero, que tendem a dividir a classe, mas em vários momentos também serviram de elemento agregador e de construção de identidade.<sup>7</sup> Nesse sentido, quando se abordam os trabalhadores e suas ações, as temáticas privilegiadas ainda conferem centralidade para as organizações políticas e sindicais, as lideranças políticas, as relações de produção e as greves.

Como foi dito anteriormente, esse panorama vem se modificando na última década, quando parte dos arquivos da repressão foi aberta, o trabalho das comissões da verdade (nacional, estaduais, municipais e setoriais) deram impulso a novas pesquisas e o campo da História Social do Trabalho ganhou fôlego e nova institucionalidade com a criação, no Brasil, do GT Mundos do Trabalho desde 2001<sup>8</sup>.

Considerando essas mudanças, passaremos a analisar a abordagem dos trabalhadores no relatório da CNV, buscando apontar possíveis inovações a partir dos caminhos abertos pela renovação da história do trabalho, bem como a permanência de objetos ainda “clássicos”. Nossa intenção com isso é estimular olhares para outros rastros ainda não identificados, entendendo que a reflexão sobre a memória dos vencidos é uma das formas de romper com a narrativa histórica hegemônica.

### **Quem são os trabalhadores para a CNV?**

A categoria “trabalhadores” como grupo de atingidos pela repressão do regime ditatorial é retratada de forma diferenciada no primeiro e no segundo volume do relatório final da CNV. No primeiro caso, eles foram incluídos no capítulo 13, entre os “casos emblemáticos”, juntamente com outros sucedidos de repressão institucional considerados representativos dentre os militares, grupos políticos insurgentes e “sociedade civil” (caso de

---

<sup>7</sup> De acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. Cf. CRENSHAW (2002: 177).

<sup>8</sup> Em outubro de 2015 foi realizado no CPDOC o *I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e Ditaduras no Cone Sul*. A programação, com três mesas-redondas e 10 sessões coordenadas, mostrou um incremento de pesquisas, com novos enfoques e temáticas, sobre trabalhadores e ditaduras. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/lemt-trabalho-e-ditadura/programacao-completa> Acesso em: 27 jul. 2016.

Zuzu Angel e do atentado ao Riocentro). O item “repressão contra trabalhadores, sindicalistas e camponeses” considera, de forma isolada, três episódios: o massacre de Ipatinga no período anterior ao golpe, em 1963; a revolta de Trombas e Formoso em 1973 na divisa de Goiás com Tocantins, e a Operação Mesopotâmia em 1971 na divisa do Maranhão com Goiás. Apesar de serem retratados em um espaço muito restrito do volume 1 do relatório e sob a forma de narrativa política descritiva, os três casos trazem aspectos importantes sobre o projeto e o caráter de classe do regime ditatorial pós-64. O primeiro caso, também citado no volume 2 do relatório, retrata a repressão e os maus tratos a operários da construção civil contratados para a construção de um grande empreendimento do regime ditatorial militar, a siderúrgica Usiminas. O massacre de Ipatinga, ocorrido em 1963, é emblemático da repressão estatal em colaboração com grupos empresariais nacionais e transnacionais. A Usiminas foi construída com recursos japoneses e seu projeto foi pensado como parte do Plano de Metas, ainda no governo de Juscelino Kubitschek. A construção atraiu trabalhadores de várias regiões do Brasil, que começaram a trabalhar em situações extremamente precárias e sob vigilância e violência constante da polícia militar, que cercava o local. Os conflitos entre operários e policiais geraram muitos mortos e desaparecidos, cujo número preciso é desconhecido até os dias hoje.

O segundo caso também revela um aspecto recorrente da repressão a trabalhadores durante a ditadura. Trata-se da repressão a camponeses em função de projetos de concentração fundiária, por meio de grilagem das terras onde viviam e trabalhavam. Verifica-se que a repressão ocorreu por meio da aliança de jagunços, latifundiários e polícia. A região de Trombas e Formoso foi palco de conflitos camponeses desde a década de 1950 e os líderes do movimento eram ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Apesar de em 1962 ter havido a distribuição de títulos de propriedade de terra a camponeses que ali viviam e trabalhavam, após o golpe, a região foi invadida pela polícia e pelo Exército, com o apoio dos setores conservadores goianos que exigiram a retomada das terras. A operação resultou na prisão e tortura de vários trabalhadores rurais.

O terceiro caso revela repressão em área rural com função de desmonte de grupos guerrilheiros no interior. Esse caso se aproxima mais da atuação repressiva do regime contra os grupos de atingidos considerados “clássicos”. A operação foi desencadeada em

1971 com o objetivo de colher informações e prender militantes na divisa do Pará, Maranhão e Goiás (hoje Tocantins). Nela os agentes seguiram pistas que poderiam levar a militantes do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), Ação Popular (AP), Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e Ala Vermelha naquela região. A operação serviu como experiência, em termos operacionais e de doutrina militar, para incursões posteriores na região do Araguaia e resultou na prisão de 32 trabalhadores, dentre eles Epaminondas Gomes de Oliveira, sapateiro e artesão em couro.

No segundo volume do relatório, a categoria “trabalhadores” ganhou um texto temático próprio. Produzido por representantes de centrais sindicais e pesquisadores convidados, o texto abrange os “trabalhadores urbanos (...) que, nas cidades brasileiras, tinham ou tiveram, em sua ocupação profissional, uma relação de assalariamento, conforme a clássica disjuntiva empregado/empregador”. E ressalta: “Estamos, assim, desconsiderando a extração social da vítima, bem como o fato de haver mudado sua ocupação profissional, passando a uma situação de exclusiva militância partidária ou a outras atividades, como a vida parlamentar” (BRASIL, 2014b: 79). As fontes usadas para construir o universo dos casos em discussão foram as solicitações feitas por familiares à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça (CAMJ) e os dados da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Considera, portanto, as seguintes categorias de trabalhadores: operários (metalúrgicos, petroleiros e gráficos), bancários, jornalistas, ferroviários, comerciários e vendedores. Do conjunto de 434 vítimas fatais da ditadura militar, reconhecidas pela CNV (BRASIL, 2014c: 26), 114 foram considerados trabalhadores e, entre estes, 53 eram operários, 16 bancários, 11 jornalistas. Outras 34 vítimas também podem ser consideradas trabalhadores: auxiliares de escritório, comerciários, mecânicos, técnicos, vendedores, entre outros. A maioria das mortes ocorreu na década de 1970. Nesses números não foram computados os 1.196 trabalhadores rurais assassinados e desaparecidos segundo investigações da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2014 (ESTEVEZ; ASSUMPCÃO, 2014: 439). Cabe lembrar que a repressão a camponeses foi retratada em outro texto temático do volume 2 do relatório, separada da “violação de direitos humanos a trabalhadores”. A maioria dos

camponeses não foi identificada, não constando, portanto, entre os perfis elaborados e reunidos no volume 3.<sup>9</sup>

Em 2012, quando dez centrais sindicais brasileiras (Central Única dos Trabalhadores - CUT, Central Sindical e Popular – CSP Conlutas, Força Sindical, União Geral dos Trabalhadores - UGT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB, Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB e Intersindical) reivindicaram junto à então presidente Dilma Rousseff a instalação de um grupo de trabalho focado especialmente na repressão e violações contra trabalhadores e movimento sindical, foi estabelecida uma pauta política de investigação com onze questões acerca da repressão, levando à criação do GT nº13 “Ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical” da CNV, sob a coordenação de Rosa Cardoso e acompanhado pelo coletivo sindical. Os onze pontos a serem investigados foram:

1. Levantamento dos sindicatos que sofreram invasão e intervenção no golpe e após o golpe;
2. Investigação de quantos e quais dirigentes sindicais foram cassados pela ditadura militar;
3. Quais e quantos dirigentes sindicais sofreram prisão imediata ao golpe;
4. Levantamento da destruição do patrimônio documental e físico das entidades sindicais;
5. Investigação sobre prisões, tortura e assassinatos de dirigentes e militantes sindicais urbanos e rurais;
6. Vinculação das empresas com a repressão;
7. Relação do serviço de segurança das empresas estatais e privadas com a repressão e atuação das forças armadas;
8. Legislação antissocial e antitrabalhadores (lei de greve, lei do arrocho salarial, lei do fim da estabilidade no emprego, entre outras);
9. Levantamento da repressão às greves;
10. Tratamento dado a mulher trabalhadora durante a repressão;
11. Levantamento dos prejuízos causados aos trabalhadores e suas entidades pelo regime militar para reparação moral, política e material.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> No que se refere aos espaços rurais, a CNV contou com o trabalho de pesquisa realizado pela *Comissão Camponesa da Verdade*, formada por um grupo de pesquisadores provenientes de várias regiões do país e assessores de organizações do campo. A primeira reunião ocorreu em 2012 no *Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas*, realizado em Brasília. Nesse espaço emergiu o debate sobre repressão e a demanda de dar continuidade a iniciativas já existentes anteriormente, como o projeto *Memória Camponesa*, coordenado por Moacir Palmeira e apoiado pelo Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Nead/MDA).

<sup>10</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/index.php/2012-05-22-18-30-05/veja-todos-os-grupos-de-trabalho/271-ditadura-e-repressao-aos-trabalhadores-e-ao-movimento-sindical> Acesso em: 22 jul. 2016.

A proposta de investigação, que resultou no texto temático, teve como foco os trabalhadores urbanos, organizados, assalariados, produtivos e masculinos já que o ponto relativo às mulheres não foi desenvolvido. Nesse sentido, verifica-se que o importante esforço de investigação e sistematização de informações acerca da repressão aos trabalhadores teve um avanço significativo, mas ainda necessita de muitas pesquisas que abarquem segmentos ainda invisibilizados de trabalhadores. Desde a década de 1990, historiadores sociais, através de artigos de balanços historiográficos (LINDEN, 1993 e 2009; FINK, 2012; BATALHA, 2001 e 2006), vêm reivindicando a importância da ampliação de temas, abordagens e enfoques nos estudos históricos sobre trabalho no país. Algumas das discussões centrais desse processo envolvem a compreensão acerca da composição da classe trabalhadora, visto que esta tende a não ser mais vista como limitada ao operariado fabril, principalmente branco, de ascendência europeia, masculino, urbano e organizado. Sabemos que, no que se refere aos estudos sobre ditadura militar, o acesso às fontes ainda é limitado, mas já oferece avanços na última década e o testemunho vem se tornando fonte primordial para os historiadores, principalmente com relação a períodos e objetos de pesquisa com escassez de documentação<sup>11</sup>.

Cada vez mais, os historiadores do trabalho se esforçam para entender os trabalhadores de uma forma ampliada, buscando superar dicotomias tradicionais de análise (industrial e pré-industrial, liberdade e escravidão, urbano e rural) e a contemplar problemáticas como as de gênero e raça, de forma consubstanciada à análise de classe social.<sup>12</sup> Como afirmou a historiadora Flávia Souza, ao fazer um balanço dos estudos sobre trabalho doméstico, a categoria trabalhadores, “sujeitos potenciais da História do Trabalho” abarca “um amplo e diverso conjunto de indivíduos e grupos sociais formados por homens e mulheres; crianças, jovens, adultos, idosos; brancos, negros e indígenas; nacionais e estrangeiros; livres e não livres; trabalhadores assalariados, contratados, sazonais e autônomos” (SOUZA, 2015: 278).

---

<sup>11</sup> Sobre o uso de entrevistas no estudo de trabalhadores durante a ditadura, destaca-se a pesquisa coordenada por Leonilde Medeiros (CPDA-UFRRJ), “Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)” em projeto financiado pela FAPERJ em parceria com a CEV-Rio. A equipe realizou cerca de 90 entrevistas com advogados sindicais, lideranças religiosas e de conflitos e pessoas que vivenciaram situações de violência e repressão. Disponível em: <http://www.cev-rio.org.br/site/arq/CPDA-UFRRJ-Conflitos-por-terra-e-repressao-no-campo-no-RJ.pdf> Acesso em: 22 jul. 2016.

<sup>12</sup> Sobre o uso do conceito de consubstancialidade ver CISNE (2014).

Marcel van der Linden (1993), ao apontar os desafios do que seria a nova História Social do Trabalho, afirmou que não se trata de abandonar os objetos clássicos de estudo, como os sindicatos e as organizações trabalhistas, mas tentar romper com as fronteiras disciplinares, estabelecendo relações com a história das mulheres, a história cultural, a história das mentalidades, a história urbana, a sociologia e a antropologia. A busca pela ampliação do conceito de classe trabalhadora também passaria pela reconsideração das condições geográficas, espaciais e ambientais do desenvolvimento, propondo, como pontuou Leon Fink (2012), uma mudança de perspectiva, que amplie os estudos para além dos centros urbanos industriais e considerando o trabalho para além da fábrica e do escritório.

Ao fazer um panorama dos estudos sobre trabalho no Brasil, Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira (2009) enfatizaram que os estudos acadêmicos passaram a pensar a conformação de uma classe trabalhadora a partir do início do processo de industrialização e urbanização de fins do século XIX. Além de desconsiderar o período anterior à abolição da escravidão no Brasil (por não considerar escravos como trabalhadores), os estudiosos tendiam a enfatizar o caráter passivo da nascente classe operária no pós-1930, frisando sua origem rural e sua mentalidade tradicional e individualista. Nesses trabalhos, a conformação e o comportamento da classe operária eram vistos como resultado da determinação estrutural das condições de industrialização e, por consequência, suas organizações seriam, desde o início, subordinadas aos poderes públicos, atribuindo ao Estado o papel de protagonista e à sociedade civil o lugar da fraqueza. A perspectiva eurocêntrica encontrada na teoria da modernização reforçava a ideia de que o trabalhador típico seria o operário da fábrica e que este alcançaria uma consciência de classe num futuro incerto, quando a nação se encontrasse plenamente industrializada. Se pressupunha que o Brasil passaria pelas mesmas etapas de desenvolvimento capitalista que os países europeus, desconsiderando, portanto, o caráter híbrido, desigual e combinado de nosso capitalismo, que conjuga, até os dias de hoje, as mais diversas formas de exploração do trabalho.

Os estudos sobre o sindicalismo populista desenvolvidos por Francisco Weffort introduziram uma nova interpretação sobre o sindicalismo brasileiro, mas insistiram na

ideia de que o operariado alcançaria uma consciência de classe se não fossem os obstáculos gerados pelo cupulismo, que afastava os sindicatos de suas bases e os conformavam à estrutura oficial. A virada neste tipo de análise ocorreu no final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, quando os estudiosos, surpreendidos pelas greves do ABC paulista e sua capacidade de mobilização de amplos setores de trabalhadores, passaram a olhar para a classe operária como “sujeito político que articulava entendimentos de sua realidade e estratégias de luta no interior de um conjunto de constrangimentos diversos – de ordem econômica, disciplinar, burocrática, policial, etc” (CHALHOUB; SILVA, 2009). Essa virada esteve relacionada também à maior liberdade acadêmica, com o enfraquecimento da ditadura militar e o retorno de professores exilados, além do impacto das obras de Edward Thompson, Eric Hobsbawm, Cornelius Castoriadis e Georges Haupt, todos publicados no Brasil nos anos 1980 (BATALHA, 2001: 152).

No que se refere ao papel dos trabalhadores, o relatório da CNV foge por completo da análise por muito tempo predominante na historiografia sobre trabalho, aproximando-se das novas abordagens abertas pela história social. O segundo volume mostra que a classe trabalhadora foi o alvo principal da repressão ditatorial devido ao seu caráter protagonista nas lutas ao longo de toda a década de 1950 e início de 1960. Dessa forma, diante de um Estado autoritário havia uma sociedade civil reivindicativa, organizada nos sindicatos pela aliança do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que logrou avanços em termos de mobilização por dentro e por fora da estrutura sindical, na base e na cúpula, resultando em participação decisiva dos trabalhadores na vida política nacional. De acordo com o texto temático do relatório, os trabalhadores se organizaram na luta pela efetivação das reformas de base, pela regulamentação das remessas de lucro para o exterior e pela nacionalização de empresas estrangeiras estratégicas para o desenvolvimento nacional. No cenário de polarização colocado nos primeiros anos da década de 1960, os trabalhadores se opuseram, de forma organizada, ao projeto “de modernização conservadora proposto pela classe empresarial urbana”.<sup>13</sup> A ditadura teria começado para os

---

<sup>13</sup> Estudos mais recentes apontam para a ação dinâmica e articulada da militância comunista e trabalhista no sindicalismo brasileiro. Tal contexto teria possibilitado um processo de democratização da estrutura sindical, mas foi marcado por embates e retrocessos, como aqueles vividos no governo Dutra (1946-51) e Vargas (1951-54). A aliança comunista-trabalhista preocupava-se em conquistar tanto as bases quanto os postos estratégicos dentro da estrutura corporativa, propondo algumas transformações em seu interior, tal como apontam ANTUNES & SANTANA (2014). Essa perspectiva se distancia da matriz interpretativa de

trabalhadores efetivamente no dia 1º de abril de 1964, com intervenções em sindicatos, principalmente nas entidades agrupadas no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), e a prisão das principais lideranças. Entre os casos de morte nos primeiros dias após o golpe, destaca-se o caso do estivador, natural do estado do Amazonas, Antogildo Pascoal Viana, liderança da Federação Nacional dos Estivadores e integrante da CGT. Sua morte foi apresentada como um suposto suicídio, apesar das evidências mostrarem que o trabalhador era vigiado pelos órgãos de informação desde 1962. De acordo com o relatório, a maior parte das intervenções ocorreu em 1964 e 1965, sendo que 42% dos casos no Nordeste e 39,55% dos casos no Sudeste (BRASIL, 2014b: 61).

Os números mostram que as primeiras intervenções ocorreram onde se acreditava haver as principais “ameaças” colocadas pela “República sindicalista”, que se achava que estava por vir. Os dados chamam a atenção para a necessidade de maior pulverização de pesquisas sobre a repressão no Nordeste, foco das primeiras intervenções, e em outras regiões do Brasil, que não apenas no Sudeste, onde se concentram a maior parte das investigações sobre história do trabalho<sup>14</sup>.

A identificação de quem são os trabalhadores atingidos pela repressão ditatorial pós-64 está relacionada à forma de entendimento do período como um todo. O esforço de compreensão das mudanças do capitalismo no Brasil, associadas às mudanças na divisão internacional do trabalho, são fundamentais para entender, de forma abrangente, o projeto social, político e econômico do regime ditatorial pós-64 e a multiplicidade de segmentos de trabalhadores atingidos pelas violações às liberdades básicas, civis e políticas, que se encontram no campo dos direitos humanos, e pelas violações de liberdades trabalhistas e socioeconômicas, que estão no campo da justiça social (ESTEVEZ; ASSUMPCÃO, 2015: 466). É importante considerar que muitas dessas violações transbordam a periodização do regime ditatorial-militar, sendo típicas do capitalismo. Mas, o regime ditatorial as tornou sistemáticas, sendo realizadas pelo Estado em aliança com setores civis. Assim, torna-se de

---

Francisco Weffort, que avaliava que, no pré-golpe, os grupos de esquerda que se encontravam à frente das principais organizações sindicais abandonaram progressivamente a postura combativa em relação ao sindicalismo oficial, positivando-o como instrumento de mobilização. A vitória do golpe teria significado o fracasso das greves (MATTOS, 1998: 181).

<sup>14</sup> Sobre a repressão a trabalhadores no Nordeste durante a ditadura pós-64 ver MONTENEGRO (2011), e CIOCCARI (2011). Sobre as pesquisas que têm como objeto trabalhadores em regiões para além do eixo Rio-São Paulo ver PETERSEN (2009).

fundamental importância estudos que abordem conjuntos de trabalhadores não tipicamente assalariados, os “despossuídos” em geral, afetados pelos projetos de reforma urbana e remoção que tomaram corpo em grandes capitais brasileiras, como no Rio de Janeiro; contratados para trabalhar em grandes empreendimentos de construção civil; populações tradicionais removidas por estes mesmos empreendimentos; trabalhadores negros perseguidos em suas organizações e manifestações culturais pelo racismo institucional congênito, camponeses expulsos de suas terras, entre outros.

### **Segmentos atingidos e compreensão histórica do regime ditatorial-militar**

O volume 2 do relatório da CNV considera que os trabalhadores e seu movimento sindical constituíram o alvo primordial do golpe de Estado de 1964, das ações antecedentes dos golpistas e da ditadura militar. Teriam sido, portanto, alvos da repressão, da política econômica, da dominação imposta e das graves violações de direitos praticados por civis e militares. Com efeito, o golpe de 1964 é entendido como “uma ação organicamente articulada por civis e militares, que resultou em enorme fortalecimento do poder econômico, social e político do empresariado, dentro e fora das fábricas e na transformação da questão operária em questão de ‘segurança nacional’” (BRASIL, 2014b: 63). No volume 1, diferentemente, priorizou-se uma narrativa estritamente política, visando à “neutralidade”, com apresentação de fatos e acontecimentos, governos e atos institucionais. Apesar da menção à existência de instituições como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e seu caráter aglutinador de “grupos fascistas e integralistas de extrema direita”, que praticaram atos de terror principalmente sobre o movimento estudantil (BRASIL, 2014a: 97), não há uma abordagem sobre o caráter civil-militar ou empresarial-militar do golpe. Este foi, inclusive, um ponto de dissenso entre membros da CNV.

Ao compreender o golpe de 1964 como resultado da aliança entre elites civis, ligadas ao capital nacional associado ao multinacional, e elites militares, que queriam desenvolver uma hegemonia militar no hemisfério sul, fundada em seu alinhamento ao poderio econômico-militar norte-americano, o texto temático (vol.2) conclui que o principal obstáculo para a concretização desse projeto comum de “desenvolvimento com segurança

nacional” era a “classe trabalhadora reivindicativa”. Abre-se caminho para abordagens mais aprofundadas de uma história transnacional, mostrando que o resultado da política econômica do regime, chamada de “milagre econômico”, provocou o fortalecimento dos oligopólios e a concentração de renda, com a pauperização de grande parte dos trabalhadores, mas também a alocação de um novo setor da classe trabalhadora – os metalúrgicos - em lugar estratégico de luta.

A História Global ou Transnacional do Trabalho é uma perspectiva que vem ganhando espaço entre os historiadores. De acordo com Linden (2013), seu objetivo é focar no estudo transnacional e/ou transcontinental das relações de trabalho e dos movimentos sociais trabalhistas. Ainda segundo este historiador,

por ‘transcontinental’ quero dizer o estudo que coloca todos os processos históricos num contexto mais amplo, por ‘menores’, em termos geográficos, que sejam estes processos – comparando-os com processos ocorridos em outros países, estudando as interações internacionais, ou usando uma combinação de ambos (LINDEN, 2013: 14).

Em 2005 foi publicada no Brasil a pesquisa de Beverly Silver (2005), que se insere na perspectiva de uma História Global ou Transnacional do Trabalho. Silver dialoga com estudiosos situados em dois polos. Aqueles que veem a época da globalização e da hiper mobilidade do capital produtivo como um período de ameaça para os trabalhadores em seu poder de barganha e de uma corrida “ao fundo do poço” por salários e condições de trabalho em escala mundial. E aqueles que consideram que a hiper mobilidade teria levado a um enfraquecimento da soberania dos Estados, que não conseguem mais controlar seus fluxos de capital, sua capacidade de proteger o bem-estar de seus cidadãos e outros direitos dos trabalhadores. A autora propõe o reenquadramento dos estudos do trabalho numa moldura analítica historicamente mais longa e geograficamente mais ampla do que se faz normalmente. Defende que a relação entre movimentos de trabalhadores e deslocamento de capital ocorre em um quadro muito mais ambíguo, complexo e dialético. Silver foca sua investigação na indústria automobilística mundial, mostrando que novos conflitos ocorrem para onde vai o capital. Assim, o caso brasileiro é paradigmático para analisar sua hipótese, já que durante a ditadura militar, principalmente a partir de 1968, o Brasil atraiu

investimentos estrangeiros significativos (por ser um local “seguro”), o que teria levado a uma acelerada expansão da indústria automobilística. Essa rápida expansão criou uma nova classe trabalhadora, concentrada em três fábricas em São Bernardo do Campo: Volkswagen, Mercedes e Ford, que empregavam mais de 60 mil pessoas. Estes trabalhadores estavam situados em locais estratégicos da economia, já que o equipamento de transporte se tornara o principal fator de exportação da economia brasileira. As greves e mobilizações no setor automobilístico afetariam, portanto, a lucratividade das empresas e a capacidade do governo brasileiro de amortizar sua enorme dívida com bancos estrangeiros. Assim, em 1970 quando o movimento operário dos países centrais estava sofrendo derrotas decisivas, o Brasil via surgir um novo movimento sindical. A nova onda de repressão aos sindicatos levou a criação de formas de mobilização alternativas no chão de fábrica. Essa mobilização forçou, na década de 1980, o reconhecimento das comissões de fábrica pelas empresas, além de alguns artigos na Constituição de 1988. Na década de 1990 as expansões das montadoras estrangeiras se dariam fora do reduto tradicional do sindicato de metalúrgicos de São Paulo.

O estudo de Silver aponta novas possibilidades de pesquisa, deslocando o foco do centro do capitalismo e propondo uma análise na perspectiva de longa duração. Seu estudo nos fornece um enfoque macro analítico sobre o movimento de trabalhadores durante a ditadura militar no Brasil, entendendo-o a partir da movimentação mais geral do capital, em busca de mais lucro com menos custos. No entanto, a pesquisa de Silver acaba por reforçar o estudo de um segmento de trabalhadores já bastante explorado por pesquisadores brasileiros, os metalúrgicos, e por isso, sua contribuição é menor no que se refere a uma compreensão mais diversificada sobre classe trabalhadora e sua agência.

Em suma, podemos verificar que a compreensão da ditadura presente no texto temático sobre trabalhadores no relatório da CNV abre três perspectivas de análise propostas pela nova História Social do Trabalho. A primeira é o não isolamento da história da classe trabalhadora e dos movimentos operários da história dos empresários. A segunda é a ampliação das periodizações “clássicas” de estudo, propondo a necessidade de olhares mais atentos para a repressão efetuada contra os trabalhadores entre 1964 a 1978. A terceira se refere à análise da atuação dos trabalhadores a partir da realidade do capitalismo em um país periférico.

## **A repressão aos trabalhadores**

A questão da repressão é a temática central do relatório da CNV, em especial a identificação das graves violações de direitos humanos ocorridas no período. O texto temático analisa o impacto da ditadura nas fábricas, afirmando a ação conjunta do Estado e do empresariado na nomeação de interventores (sindicalistas “pelegos”), visando a impedir a organização e a luta dos trabalhadores para a conquista e defesa de seus direitos.

O espaço escolhido para análise é o local “clássico” das abordagens da história do trabalho, apesar da perspectiva inovadora que aponta a relação irmanada entre Estado e empresas na repressão. Destaca-se a imposição de um “novo regime fabril” baseado na infiltração de agentes da repressão, na instituição das Assessorias de Segurança e Informação (ASI) nas empresas estatais e dos Departamentos de Recursos Humanos (RH) nas empresas privadas, responsáveis pela elaboração das listas de nomes entregues ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Nesse sentido, o texto conclui que

embora a aliança entre empresários e forças de segurança fossem estratégias pré-existentes à ditadura militar, sua articulação, capilarização e militarização produziram um fenômeno novo: um novo regime fabril, baseado na vigilância e controle militarizados para a obtenção da maior taxa de exploração da força de trabalho, articulado a um novo regime de acumulação (BRASIL, 2014b: 68).

Neste retrato da repressão, o novo regime fabril é relacionado ao novo regime de acumulação de capital, mas não está presente uma caracterização mais aprofundada sobre o cotidiano dele decorrente, as mudanças nos processos de produção, o perfil dos trabalhadores contratados (para além de não apresentarem antecedentes de luta e organização política) e em que se diferenciavam das gerações de operários anteriores a 1964. De igual importância seriam as pesquisas que explorassem as colaborações entre sindicalistas “pelegos”, supervisores, o Ministério do Trabalho e as empresas; as dinâmicas das intervenções e as contradições e brechas existentes.

Extrapolando as definições restritas de “graves violações”, estipuladas pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos, o texto temático do relatório insiste na importância de

se considerar as intervenções por motivações políticas como violações (ou como preparação para violações mais graves). Do mesmo modo, violações cotidianas, como ameaça, constrangimento, dano, violência arbitrária, abuso de poder, crimes contra a organização de trabalho, assédio moral também foram apresentadas como preparação para violações mais graves.

Apesar do importante destaque atribuído às intervenções por motivações políticas, a tipologia da repressão apresentada no texto temático se reduziu às formas geralmente abordadas nos estudos de história do trabalho relativas à organização e mobilização dos trabalhadores. Isso se explica pela própria composição do GT que produziu o texto. Destacaram-se, assim, as interferências na filiação aos sindicatos, na participação em assembleias, na organização de chapas de oposição para concorrer às eleições para as diretorias dos sindicatos, nas panfletagens, em greves, na organização de comissões de fábrica e na participação em Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS). Um dado, no entanto, chama a atenção: os prejuízos das prisões, demissões e desemprego provocados pelas intervenções se estenderam às famílias dos trabalhadores.

Nesse ponto, o texto temático não apresenta maiores informações, mas lança uma temática fundamental que foi pouco explorada pelos estudos de história do trabalho, a saber, a extensão da repressão e seus impactos na comunidade e na família do trabalhador. Nesta seara, seriam profícuas as pesquisas que buscassem compreender a experiência de sofrimento de filhos e mulheres de trabalhadores que viram seu ente (pai/marido) ser espancado e arrancado de casa, ou que igualmente foram submetidos a torturas físicas e psicológicas, tiveram seus lares invadidos, seus bens materiais vistoriados e seus utensílios quebrados. A historiografia sobre ditadura e as memórias publicadas por ex-presos políticos e seus familiares apresentam hoje farto registro do cotidiano de dor sofrido pelos familiares de presos políticos ligados aos movimentos da luta armada ou de partidos e organizações de esquerda. Mas pouco se sabe da experiência das famílias trabalhadoras.

Segundo os autores do texto temático, o tratamento das graves violações contra trabalhadores é apresentado como temática difícil de ser abordada em sua extensão e virulência, diante da falta de registro e memória, constituindo tema que ainda pode ser bastante explorado por pesquisadores. Trata-se de uma amostra restrita “sem cor ou sem a dor com que efetivamente ocorreu” (BRASIL, 2014b: 71). Outro aspecto identificado no

relatório também merece ser ressaltado: a diferença da experiência da clandestinidade para trabalhadores e para militantes oriundos da classe média, como políticos, estudantes e profissionais liberais. A maior parte dos trabalhadores que não estava ligada a algum partido de esquerda, não tinha como manter a si e à sua família e, diante da clandestinidade, passava a viver à custa da solidariedade de seus companheiros, de forma precária. Alguns teriam se escondido no interior do país, em regiões remotas. Seria fundamental buscar, por meio de entrevistas com sobreviventes e seus descendentes, o paradeiro destes trabalhadores, suas trajetórias e as formas que encontraram para a reconstrução de suas vidas.

### **Os impactos da legislação**

No que se refere à legislação, o texto temático aponta que a ditadura aprimorou e ampliou o que havia de mais repressivo na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Ressalta ainda que

a autonomia e a pluralidade das organizações sindicais, alcançadas na prática, foram destruídas pelo governo ditatorial, ao mesmo tempo em que se tentava fazer do sindicato um órgão de colaboração de classe. Buscou-se criar no país um sindicalismo assistencialista, burocrático e gerencial (BRASIL, 2014b: 69).

No que tange à análise da legislação, os historiadores sociais do trabalho têm dado grande contribuição, embora o enfoque se encontre em períodos mais remotos. Chalhoub e Teixeira (2009), bem como Rebecca Scott e Jean Hébrard (2014), mostraram a importância de investigar as brechas e ambiguidades da legislação em contextos de intensa dominação, bem como as possibilidades de negociação e transgressão.

Os estudos destes autores propõem uma revisão das interpretações comumente encontradas nas décadas de 1960 e 1970 sobre a escravidão no Brasil, questionando o “paradigma da ausência” em direção a um “paradigma da agência”. Ao criticar as perspectivas que consideravam o escravo como ser coisificado, incapaz de pensamentos e ações próprios e à escravidão como geradora de uma “dominação inexorável”, a produção

acadêmica a partir da década de 1980 enfatizou as formas de participação de escravos e libertos numa “cultura legal”. Assim, enfatizou-se as contradições do Estado escravista, que disponibilizava meios através dos quais escravos e libertos podiam lutar por objetivos próprios por dentro dos mecanismos que garantiam a continuidade do poder da classe senhorial. As leis graduais de emancipação abriam, portanto, possibilidades de conflito social a partir de diferentes interpretações ou apropriações do texto legal (CHALHOUB, SILVA, 2009: 24).

No que se refere ao período mais recente de nossa história, também podemos citar estudos pioneiros que buscam uma perspectiva mais dialética de análise em contextos de dominação autoritária. Em seu estudo bastante conhecido sobre a ditadura no Brasil, a cientista política Maria Helena Moreira Alves (1984) afirma que mesmo em uma conjuntura de medo e terror, como a do período ditatorial pós-64, que impunha obstáculos sérios à resistência, a repressão era incapaz de eliminar por completo a oposição, já que não atacava as causas subjacentes da dissensão. Enquanto se empregava a coerção para submeter um setor da oposição, outros setores da população, até então inativos, engajavam-se na luta. Além disso, para essa autora, o modelo econômico de desenvolvimento esteve totalmente relacionado com o sistema de controle institucionalizado pelo Estado. A repressão foi intensificada na medida em que a oposição também ganhava força e obstaculizava a implementação da política econômica do governo ditatorial militar. Caberiam novas pesquisas que evidenciassem outras formas de organização e mobilização de trabalhadores, já que seus sindicatos se encontravam sob forte intervenção. Nesse sentido, se a nova lei de greve praticamente cassou o direito de funcionários públicos federais, estaduais e municipais a deflagrarem greve, que outros recursos foram usados? <sup>15</sup>

O impacto da política do arrocho salarial sobre o conjunto dos trabalhadores constitui outra área interessante para novas pesquisas no campo da História Social do Trabalho. O texto temático do relatório da CNV aponta que as perdas salariais dos chefes

---

<sup>15</sup> Alguns estudos citam as operações-tartaruga em várias empresas e a greve da “dor de barriga” devido à decadência da qualidade da comida servida nos refeitórios das empresas, gerando filas de trabalhadores na enfermaria e paralisação da produção (MATTOS, 2009). Mattos também identifica movimentos grevistas e paralisações “espontâneas” no Rio de Janeiro após a nova regulamentação. Em 1965 os metalúrgicos do Rio pararam por 24 horas, reivindicando 120% de reajuste e tiveram adesão de 70 a 90% da categoria. Nos anos 1970, ocorreram paralisações por conta do atraso de pagamentos e acidentes de trabalho com mortes, como no caso dos estaleiros da construção naval (MATTOS, 1998).

de família tiveram de ser compensadas com o ingresso de mulheres e jovens no mercado de trabalho, com a multiplicação das horas extras e a recorrente troca das férias por salário. Em 1972, no auge do “milagre econômico”, contraditoriamente, o Brasil tornou-se “campeão mundial” de acidentes de trabalho segundo a OIT, tendo em vista o incremento da superexploração da força de trabalho.

A intensificação da presença feminina no mercado de trabalho formal poderia ser melhor investigada, considerando o papel da mulher no espaço de reprodução da classe trabalhadora, tanto a partir de seu trabalho não remunerado quanto a partir de sua inserção no trabalho produtivo. Apenas na Grande São Paulo a porcentagem de mulheres na população economicamente ativa passou de 25,4% em 1950 para 28,2% em 1970 e 32,8% em 1980. Isso ocorre em todos os setores e ocupações, havendo também a presença de mulheres em ramos industriais que antes não empregavam mulheres, como o metalúrgico (SADER, 1988: 85). Se é importante que a historiografia do trabalho atente para as conjunturas de maior ou menor presença de mulheres no trabalho formal, bem como para o tipo de trabalhadoras requisitadas para cada setor de acordo com classe, origem e raça, é igualmente importante que o trabalho das mulheres no campo da reprodução social também seja considerado, principalmente por ser um trabalho não computado como trabalho e, na maior parte das vezes, atribuído ao universo feminino de forma naturalizada. Como bem destacou Cinzia Arruzza (2010), filósofa italiana feminista, o conceito de reprodução social é mais amplo que a ideia de “trabalho doméstico”, pois diz respeito à manutenção e reprodução da vida em nível diário e geracional. No capitalismo, produção e reprodução estão inteiramente articulados, isto é, são esferas distintas, mas compõem uma totalidade. Nas sociedades capitalistas, a esfera da reprodução foi privatizada e colocada sobre inteira responsabilidade da família, onde geralmente a mulher é responsável pela maior parte das tarefas. No Brasil dos anos 1970 houve maior incorporação de mulheres ao trabalho produtivo das fábricas, gerando acúmulos de jornada de trabalho. Nesse sentido, seriam interessantes pesquisas que explorassem de que forma essas mudanças nas condições de trabalho afetaram a produção de identidades de gênero, masculinas e femininas; que novas configurações passou a ter a família da classe trabalhadora; como se caracterizavam as

relações de gênero dentro e fora de casa, as mobilizações políticas contra o regime e contra a política do arrocho protagonizadas por mulheres.

A indiana Chitra Joshi, em artigo publicado em 2009 no Brasil, ressaltou a importância de os historiadores da Índia buscarem superar as fronteiras estabelecidas entre trabalho formal e informal; espaço público e doméstico; feminino e masculino para pensar o trabalho de mulheres no capitalismo periférico contemporâneo, visando a complexificação de suas abordagens. No caso indiano, a feminização do trabalho fabril não pode ser analisada apenas do ponto de vista negativo, ressaltando a inserção precarizada da mulher no mercado de trabalho. Entrevistando mulheres trabalhadoras, Chitra mostrou que o trabalho remunerado das mulheres abriu espaço para uma maior autonomia no controle dos gastos referentes ao consumo doméstico. Da mesma forma, mulheres que apenas trabalhavam em casa não estavam completamente reclusas do mundo, já que parte de suas atividades domésticas deveria ser realizada na rua, nos mercados e praças públicas.

No caso do Brasil, uma obra pioneira que abordou as relações de gênero no mundo fabril da década de 1980 foi a da pesquisadora Elizabeth Souza Lobo (1989). A autora retrata as experiências de mulheres operárias em indústrias de autopeças em São Paulo. Seu objetivo é, assim como Joshi, mostrar a possibilidade de superar fronteiras colocadas por binômios para compreender a experiência e a condição de mulheres pobres no Brasil. A autora mostra que apesar de o trabalho feminino na fábrica ser menos valorizado que o masculino, pela ocupação dos cargos mais precários e instáveis, a sua realização esteve relacionada à construção de uma identidade de mulher trabalhadora positivada. O trabalho com máquinas e o recebimento de um salário dava a elas uma sensação de empoderamento e o trabalho explorado era encarado como um “destino” possível de ser dominado.

Outra pesquisa pioneira realizada na década de 1980 e já citada neste artigo é a de Eder Sader (1988), que mostrou que os movimentos sociais urbanos que emergiram no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 contestavam um Estado incapaz de garantir as condições necessárias para a própria reprodução da força de trabalho. Sader destacou o movimento do *Clube de Mães* na periferia sul de São Paulo, coordenado por mulheres, que estimulou o redimensionamento de aspectos da vida doméstica e da vida política. Por meio da experiência do *Clube de Mães*, as carências relacionadas às condições de vida passaram a ser vistas como direitos negados. O estudo de Sader também abarcou o *Movimento Contra*

*o Custo de Vida* (MCV), um desdobramento dos *Clubes de Mães*, que invocou valores familiares para tecer ligações entre o mundo cotidiano e o mundo da política. Apesar de rechaçar a “política” em seu sentido formal, o MCV se caracterizou pela luta por cidadania e por direitos básicos, sendo protagonizado por mulheres que buscavam a valorização de sua dignidade ao se confrontar com autoridades políticas (SADER, 1988: 206-225).

Além da política do arrocho, que provocou a piora da qualidade de vida dos trabalhadores, o regime ditatorial criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que acabou com a estabilidade no emprego, adequando “a nossa legislação trabalhista ao sistema capitalista internacional” (BRASIL, 2014b: 70)<sup>16</sup>. Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que provocou uma perda significativa de representatividade dos trabalhadores frente à máquina estatal. Com relação a essa nova legislação, seriam profícuas pesquisas no campo da História Social do Trabalho que aprofundassem a dimensão transnacional dessas mudanças, mostrando processos semelhantes em outras partes do globo, bem como abordagens que enfatizassem a experiência e atitudes da classe trabalhadora diante da mudança.

## **Conclusão**

Neste artigo buscamos analisar de que forma os trabalhadores foram retratados no relatório final da CNV. Para isso, utilizamos as contribuições da História Social do Trabalho presentes em textos de balanço historiográfico. O objetivo foi propor reflexões iniciais sobre possíveis contribuições desse campo recente de estudos para a pesquisa sobre trabalhadores e ditadura.

Nossa análise indicou que tanto a instituição da CNV quanto seu relatório estiveram permeados por intensos conflitos de memória que atravessam o sentido do passado ditatorial brasileiro. Buscamos mostrar que os usos que se tem feito do conhecimento histórico sobre o período fazem parte da disputa de hegemonia em nossa sociedade atual. A memória da ditadura pós-64 segue constituindo ferramenta importante para a construção do conhecimento histórico, em especial a memória dos “vencidos”, de amplos contingentes de

---

<sup>16</sup> Sobre o processo de precarização das relações de trabalho a partir da instalação do FGTS ver VALERIANO (2008).

trabalhadores formais e informais, mulheres e homens, brancos, pardos e negros, principais alvos do projeto político, econômico e social da ditadura e da aliança empresarial-militar que a sustentou. Nesse sentido, a abordagem sobre a repressão aos trabalhadores pela CNV, mesmo apresentando sentidos e pesos diferenciados ao longo do relatório, teve importância fundamental por mostrar o caráter de classe daquele regime político.

O uso da categoria “trabalhadores” continua, no entanto, denotando sentido restrito, vinculada automaticamente aos trabalhadores urbanos, em especial homens e operários, sendo os camponeses apresentados em texto a parte. Talvez seja interessante, em se tratando da memória dos “vencidos”, utilizar o conceito de grupos subalternos, tal como abordado por Antonio Gramsci (2002). Estaríamos lidando com uma história “necessariamente desagregada e episódica”, já que a identificação de seus rastros esbarra nos limites e barreiras impostos pelo caráter não público de alguns arquivos, pela perda de grande parte do acervo arquivístico de várias delegacias estaduais de polícia política (DOPS) e a sistemática incineração e descarte de processos trabalhistas. Em alguns casos, o testemunho constitui a fonte mais importante para o estudo dos subalternos. O depoimento pode revelar experiências singulares que precisam ser recordadas para serem analisadas, mas como pontuou Beatriz Sarlo (2006), mais importante que reviver a experiência e narrá-la, é compreendê-la.

Poderíamos dizer que no Brasil, predomina ainda o emudecimento sobre as experiências dos subalternos durante a ditadura, fato que influencia toda a produção do conhecimento histórico e seus diferentes usos, como o ensino escolar e as políticas de reparação. O silenciamento das experiências dos subalternos, importante alvo do regime ditatorial, produz uma história limitada daquele período, restrita à narrativa política tradicional e pouco atenta às relações entre passado e presente. Este emudecimento também demarca o alcance do debate público, limitando-o a um pequeno grupo, e tornando o interesse pelo conhecimento do passado ditatorial circunscrito a uma geração. Ainda mais grave é a dissociação completa, estimulada por este silenciamento, entre o “passado ditatorial” e o “presente democrático”. Com isso não estamos defendendo que exista uma indiferenciação entre ambos os regimes políticos, tal como foram construídos no Brasil, mas atentar para os elementos de continuidade, que levam à reprodução de desigualdades e políticas excludentes. Resgatando Benjamin, a memória dos vencidos deve ser recordada e

compreendida em seu sentido de experiência no passado a partir das demandas do presente, sendo a rememoração um caminho para a emancipação.

Os 50 anos do golpe de 1964 e a apresentação do relatório final da CNV em 2014 revelaram um *boom* de pesquisas sobre a temática da ditadura, embora surpreendentemente, os trabalhadores não sejam objeto da maior parte delas. Mostramos, no entanto, que desde a década de 1960 não faltaram produções sobre trabalho e trabalhadores no mundo acadêmico, mas no que tange ao período da ditadura essas produções enfocaram o “novo sindicalismo”, geralmente idealizado como movimento operário autônomo e inovador, em contraste com o perfil corporativista e “pelego” atribuído ao sindicalismo brasileiro das décadas anteriores. Produções acadêmicas desde fins da década de 1990 vem desconstruindo esses “mitos” e, convém lembrar, que a institucionalidade alcançada pela História Social do Trabalho, pela história global e transnacional, vem trazendo importantes contribuições para o incentivo a outros olhares sobre a história dos trabalhadores, novas metodologias de análise e fontes.

Essas mudanças, ainda lentas e em processo de construção, podem ser verificadas na revista *Mundos do Trabalho* de 2014 (NEGRO; CORRÊA; FONTES, 2014), com dossiê específico sobre “trabalhadores e ditadura”, no *Colóquio Internacional Trabalhadores, golpes e ditaduras* realizado em abril de 2014 na UFF e no *I Seminário Internacional Mundos do Trabalho e ditaduras no Cone Sul* realizado em 2015 no CPDOC no Rio de Janeiro (dentre outros eventos). As discussões descortinaram pesquisas preocupadas com a descentralização regional, temporal e temática, além de um potencial comparativo e transnacional. “Velhos” temas ressurgem a partir de novas óticas, sob o prisma das relações de gênero e da redução da distância entre trabalhadores rurais e urbanos. Certamente, a maior aproximação entre os historiadores do trabalho e pesquisadores focados em diferentes dimensões da aliança civil-militar da ditadura produzirá resultados mais interessantes, assim como estudos que contemplem as experiências subalternas no pré-golpe de 1964 podem contribuir para elucidar a tese de que o golpe e a ditadura tiveram os trabalhadores como alvo principal devido a sua forte capacidade de mobilização. Sendo assim, os caminhos ainda são longos.

## Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia T. O sindicato no Brasil. Novos problemas, velhas estruturas. *Debate e Crítica*, n. 6, São Paulo, 1976.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

ANTUNES, Ricardo & SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.) *A ditadura que mudou o Brasil*. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.128-141.

ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 2010.

BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p.145-158.

\_\_\_\_\_. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. Vol.1a, 2b, 3c.

CHALHOUB, Sidney & SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo “raça”/etnia e classe: uma análise feminista-materialista. *Temporalis*, Brasília (DF), ano14, n.28, p.133-149, jul.dez.2014.

CIOCCARI, Marta. Narrativas da repressão: trabalhadores do campo e das minas durante o regime militar no Brasil. *Teoria e Cultura*, v.6, n.1 e 2, p.25-44, jan.-dez. 2011.

CORDEIRO, Janaína Martins. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura em Bagé. In: REIS, Daniel Aarão *et al.* *A ditadura que mudou o Brasil*. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.) *A ditadura que mudou o Brasil*. 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.186-202.

CORDEIRO, Janaína. *A ditadura em tempos de milagre*. Comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: FGV editora; FAPERJ, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. Estruturas versus Experiência. Novas tendências na história do movimento operário e das classes trabalhadoras na América Latina: o que se perde e o que se ganha. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica (BIB)*, Rio de Janeiro, n.29, p.3-16, 1990.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n.1, 2002, p.171-188.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ESTEVEZ, Alejandra; ASSUMPÇÃO, San Romanelli. Ditadura e repressão contra a classe trabalhadora: questões de justiça de transição, direitos humanos e justiça social em uma abordagem histórica e político-normativa. *Revista Anistia Política e Justiça de Transição, Ministério da Justiça*, Brasília, n.10, p.432-471, 2014.

FINK, Leon. A grande fuga: como um campo sobreviveu a tempos difíceis. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 32, no 64, 2012.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, v.5.

IIEP. *Investigação operária: empresários, militares e pelegos contra os trabalhadores*. São Paulo: IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) – OSM-SP, Projeto Memória, 2014.

JOSHI, Chitra. Além da polêmica do provedor: mulheres, trabalho e história do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n.2, p.147-170, 2009.

LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LINDEN, Marcel van der. Editorial. *International Review of Social History*, v. 38/supplement S1, april 1993.

LINDEN, Marcel van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, v.1, n. 1, jan./jun. 2009.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo*. Ensaio para uma História Global do Trabalho. Campinas (SP): Edunicamp, 2013.

LOBO, Elizabeth Souza. Experiências de mulheres. Destinos de gênero. *Tempo Social*, São Paulo, v.1, n.1, p.169-182, 1989.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS, Heloísa S. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec. 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. Do Golpe à nova transição democrática. In: \_\_\_\_\_. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão popular, 2009.

\_\_\_\_\_. *Novos e Velhos Sindicalismos: Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. *Outubro*, n.21, 2013.

\_\_\_\_\_; VEJA, Rubén (Org.). *Trabalhadores e ditaduras. Brasil, Espanha e Portugal*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MEDEIROS, L. S. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: Milton Pinheiro. (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 195-230, 2014.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ação trabalhista, repressão policial e assassinato em tempos de ditadura militar. *Topoi*, v.12, n.22, jan.-jun.2011, p.228-249.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (Org.) *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.48-65.

NEGRO, Antonio L.; CORRÊA, Larissa; FONTES, Paulo (Org.). *Mundos do Trabalho. Dossiê trabalhadores e ditadura*, v.6, n.11, jan./jun. 2014.

PETERSEN, Sílvia R. F. Levantamento da produção bibliográfica e de outros resultados de investigação sobre a história operária e o trabalho urbano fora do eixo Rio-S.Paulo. *Cadernos AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.23, nº 45, p.171-186, jan.-jun. 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “Sindicalismo e classe operária (1930-1964)”. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*, V. 10, T. 3. O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). São Paulo: DIFEL, 1986.

\_\_\_\_\_. *Trabalhadores, sindicatos e industrialização*. São Paulo, Brasiliense, 1974.  
ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha. (Org). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

\_\_\_\_\_. *História e memória das ditaduras do século XX*. Rio de Janeiro, editora FGV, 2015.  
ROLLEMBERG, Denise. “Esquecimento das memórias”. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: Ed.UFSCar, 2006, p. 81-91.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTANA, Marco Aurélio. Um sujeito ocultado: trabalhadores e regime militar no Brasil. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n.33, v.12, p.85-96, 2014.

SARLO, Beatriz. *Tiempo Pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. México, DF: Siglo XXI editores, 2006.

SCHETTINI, Andrea Bandeira de Mello. Quem são as vítimas da ditadura para a CNV? Reflexões sobre a categoria de ‘vítimas da ditadura militar’ utilizada pela CNV e suas implicações na agenda da Justiça de Transição brasileira. *Re-vista verdade, justiça e memória*, v.10, 2015.

SCOTT, Rebecca & HÉBRARD, Jean M. *Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*. Campinas (SP): Editora Unicamp, 2014.

SILVER, Beverly. *Forças de trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo, Boitempo, 2005.

SOUZA, Flavia Fernandes de. Trabalho doméstico: considerações sobre um tema recente de estudos na História Social do Trabalho no Brasil. *Revista Mundos do Trabalho*, v.7, n.13, jan-jun. 2015, p.275-296.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2014.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil: a conjuntura do pós-guerra. *Estudos Cebrap*, nº 4, 1973

\_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

VALERIANO, Maya Damasceno. *O processo de precarização das relações de trabalho e a legislação trabalhista: o fim da estabilidade no emprego e o FGTS*. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2008.

VIANNA, Luiz Werneck. Estudos sobre sindicalismo e movimento operário: resenha de algumas tendências. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica (BIB)*, Rio de Janeiro, n.3, p.69-93, 1977.

**Recebido em:** 10 de fevereiro de 2017

**Aceito em:** 04 de julho de 2017